



Psicologia & Sociedade

ISSN: 0102-7182

ISSN: 1807-0310

Associação Brasileira de Psicologia Social

Dantas, Cândida Maria Bezerra; Dimenstein, Magda; Leite, Jáder Ferreira; Torquato, Jaqueline; Macedo, João Paulo

A PESQUISA EM CONTEXTO RURAIS: DESAFIOS
ÉTICOS E METODOLÓGICOS PARA A PSICOLOGIA

Psicologia & Sociedade, vol. 30, 2018, pp. 1-10

Associação Brasileira de Psicologia Social

DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30165477>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309358414007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

redalyc.org
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

A PESQUISA EM CONTEXTOS RURAIS: DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS PARA A PSICOLOGIA

INVESTIGACIÓN EN CONTEXTOS RURALES: DESAFÍOS ÉTICOS Y METODOLÓGICOS PARA LA PSICOLOGÍA

RESEARCH IN RURAL CONTEXTS: ETHICAL AND METHODOLOGICAL CHALLENGES FOR PSYCHOLOGY

<http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30165477>

Candida Maria Bezerra Dantas, Magda Dimenstein, Jáder Ferreira Leite e Jaqueline Torquato
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, Brasil

João Paulo Macedo
Universidade Federal de Piauí, Parnaíba/PI, Brasil

RESUMO

O contexto rural brasileiro revela um cenário preocupante e desafiador para a psicologia em termos de formação profissional e do seu arsenal teórico-metodológico. Este artigo objetiva discutir as estratégias metodológicas adotadas em uma pesquisa em assentamentos rurais do Rio Grande do Norte e Piauí, além de compartilhar as dificuldades vividas na tomada de decisões e os desafios enfrentados quando se refere às investigações realizadas nesses contextos. Pretende-se contribuir para fomentar produções que, além de denunciar as condições de vulnerabilidade dessas populações, possam gerar conhecimento que amplie o acesso às políticas públicas e subsidie ações profissionais condizentes com as necessidades e características dos territórios, como também qualificar as discussões para que as populações rurais não sejam investigadas apenas sob a ótica de uma psicologia urbano-centrada.

Palavras-chave: contextos rurais; produção de conhecimento; psicologia.

RESUMEN

El contexto rural brasileño revela un escenario preocupante y desafiador para la Psicología en lo que concierne a la formación profesional, y, asimismo, de su arsenal teórico-metodológico. Este artículo pretende discutir las estrategias metodológicas adoptadas en una investigación hecha en los asentamientos rurales de Rio Grande do Norte y Piauí, además de compartir las dificultades vividas en la toma de decisiones, y al mismo tiempo, presentar los desafíos enfrentados cuando se refiere a las investigaciones realizadas en esos contextos. Se pretende contribuir para fomentar producciones que, además de denunciar las condiciones de vulnerabilidad de esas poblaciones, puedan generar conocimiento que amplíen el acceso a las políticas públicas y subsidien acciones profesionales que tengan que ver con las necesidades y características de los territorios, como también calificar las discusiones para que las poblaciones rurales no sean investigadas apenas bajo una óptica de una psicología urbano-centrada.

Palabras clave: contextos rurales; producción de conocimiento; psicología.

ABSTRACT

The Brazilian rural context reveals a disturbing and challenging scenario for psychology in terms of vocational training and its theoretical and methodological arsenal. This article discusses the methodological strategies adopted in a survey in rural settlements of the states of Rio Grande do Norte and Piauí, and shares the difficulties experienced in making decisions and facing challenges when it comes to investigating these contexts. It is intended to help in new works that, in addition to denouncing these population's vulnerable conditions, will also generate knowledge that increases access public policies and subsidize professional actions consistent with the needs and characteristics of territories, as well as qualify the discussions for the rural populations are not investigated just under an optical-centered urban psychology.

Keywords: rural contexts; knowledge production; psychology.

Introdução

O contexto rural brasileiro revela um cenário preocupante e desafiador para a psicologia em termos de formação profissional e do seu arsenal teórico-metodológico, além das questões acerca das possibilidades de atuação e contribuições que levem em conta as particularidades desses territórios, seus modos de vida e suas marcas culturais.

O processo de reforma agrária brasileiro, apesar de alguns avanços, ainda enfrenta sérios impasses para sua continuidade e efetivação, especialmente devido a pouca atenção dirigida a essa questão nos últimos anos do governo Dilma Rousseff (2011-2016), com o fortalecimento do capitalismo agrário acompanhado do desmonte promovido pelo governo Michel Temer, com destaque para a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário e os significativos cortes no orçamento da reforma, além de outras medidas que ampliam a concentração e a desnacionalização das terras. Em consequência, têm-se o baixo número de desapropriações, indicando pouca alteração na estrutura fundiária brasileira, e a persistente criminalização dos movimentos sociais do campo, além dos diversos problemas que impactam nas condições de vida dos assentamentos, como a precariedade do acesso às políticas sociais, a baixa produtividade agrícola e infraestrutura precária.

É verdade que a criação de assentamentos rurais, mesmo que em número insuficiente diante das demandas das populações rurais por terra, e o protagonismo dos movimentos sociais do campo são elementos centrais que em parte permitem produzir resistências diante dos movimentos conservadores filiados às tendências ruralistas e do agronegócio.

Diante desse cenário, cabe questionar quais as possíveis contribuições da psicologia para essa realidade. Con quanto alguns esforços no campo da produção de conhecimento e de referências profissionais tenham sido produzidos nos últimos anos (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2006, 2013; Ieno, 2007; Leite & Dimenstein, 2013), ainda se verifica pouca aproximação da psicologia dos contextos rurais, se comparada, por exemplo, aos estudos empreendidos em relação às populações vulneráveis das periferias urbanas brasileiras.

Isso em parte se deve ao processo de regulamentação e consolidação da psicologia no Brasil, que ocorreu em um contexto marcado por um projeto de modernização da sociedade, em que algumas necessidades postas pelo processo de instauração do capitalismo tardio são respondidas por conhecimentos

psicológicos que hegemonicamente focam sua atenção nas populações urbanas, especialmente naquela parcela com capacidade de vender sua força de trabalho ao capital nascente.

E, em que pese algumas experiências e produções dissidentes, como, por exemplo, no campo da psicologia social comunitária (Brandão & Bonfim, 1999; Freitas, 1998; Ieno, 1985), tem-se uma enorme lacuna em termos de contribuição da psicologia no que diz respeito às ruralidades, aos modos de vida e subjetivação, bem como aos processos psicossociais e identitários da população do campo. Só recentemente, com a ampliação dos cursos de psicologia no País e o com o impulso para a atuação dos psicólogos em políticas ligadas ao campo do bem-estar social, no Sistema Único de Saúde (SUS) e no SUS Assistência Social (SUAS), o número de psicólogos atuando em cidades do interior, muitas delas com características eminentemente rurais, superou o de profissionais atuando nas capitais (Macedo & Dimenstein, 2011). No entanto, destacamos a persistência do *modus* individualizante e etnocêntrico que norteia a compreensão e a intervenção da psicologia no processo saúde-doença-cuidado, perspectiva que produz efeitos tanto na organização do processo de trabalho e na vida cotidiana daqueles que buscam os serviços quanto na capacidade de produzir interferências em um cenário no qual pobreza, desigualdade, exclusão e violação de direitos têm ampla visibilidade. Tal postura não tem proporcionado produção de conhecimentos, de competências e habilidades orientadas por uma perspectiva territorial, a qual implica em considerar as múltiplas determinações e singularidades dos modos de vida, das relações afetivas, das sociabilidades e vínculos entre sujeitos e instituições que reverberam nas formas de adoecimento e sofrimento, bem como nas possibilidades de suporte e cuidado.

Todavia, alguns esforços têm sido empreendidos para aproximar o campo da psicologia brasileira e latino-americana das questões que permeiam os contextos rurais. Muitos desses trabalhos têm como foco, principalmente, questões como a das mulheres no ambiente rural, como os que analisam a questão de gênero nos assentamentos e no Movimento Sem Terra (MST), com destaque para a questão da participação política e do trabalho cooperado (Costa, 2014; Prado, Campici, & Pimenta, 2004; Scopinho, 2007, 2009; Vasquez, 2009). Investigam também as possibilidades e limites da atuação profissional em políticas públicas para as populações rurais (Silva, 2013).

Diante disso, verifica-se importante esforço em contribuir para a análise das particularidades e singularidades que marcam esses contextos. No

entanto, ainda é preciso avançar para fomentar mais produções que trilhem esse caminho, como também qualificar as discussões para que as populações rurais não sejam investigadas apenas sob a ótica de uma psicologia urbano-centrada.

Nesse direcionamento, o presente artigo objetiva discutir alguns aspectos relativos ao delineamento metodológico e as questões éticas envolvidas na pesquisa *Condições de vida e saúde mental em assentamentos rurais no nordeste brasileiro: diagnóstico, estratégias de cuidado e suporte na rede de atenção primária e psicossocial*, realizada em assentamentos de reforma agrária nos estados do Rio Grande do Norte (RN) e Piauí (PI), com o intuito de compreender os processos sociais e subjetivos que constituem e caracterizam a vida nos assentamentos rurais e sua relação com o processo saúde-doença-cuidado. Os objetivos dessa pesquisa foram definidos em torno de três eixos:

1. Infraestrutura dos assentamentos rurais;
2. Condições de vida e saúde dos moradores;
3. Acesso à rede de atenção psicossocial e práticas de cuidado em saúde mental.

Assim, buscamos conhecer as condições de vida e infraestrutura dos assentamentos de reforma agrária, bem como o acesso dos moradores às políticas e programas em saúde, assistência social e desenvolvimento agrário. Além disso, investigamos a incidência de transtornos mentais comuns (TMC) e os padrões de uso de álcool entre a população assentada, identificando os itinerários percorridos pelos moradores na rede de atenção psicossocial (saúde e assistência social) e a busca de recursos não institucionalizados para lidar com essas problemáticas. Com relação aos equipamentos de saúde e assistência, pesquisamos os modos de acolhimento e tratamento ofertados pelas equipes aos moradores dos assentamentos rurais no que se refere às demandas em saúde mental.

Por meio dos desafios que se deram em empreender uma investigação em meio rural, visamos a apontar algumas reflexões e tomadas de decisões que se fizeram necessárias nesse processo – (i) o compromisso com a participação de outros atores no processo de investigação; (ii) a abertura de novas zonas de sentido e possibilidades de ação/intervenção dos participantes da investigação em sua própria realidade; (iii) a problematização das relações entre o pesquisador, o ato de pesquisar e as práticas sociais que se engendram nesse processo (Dimenstein, Macedo, Leite, & Gomes, 2015) –, o que nos levou a uma valorização da perspectiva da

triangulação metodológica. Conforme Camargo e Bosi (2011), insistimos na complementariedade de ferramentas de análise multidimensionais que valorizam a compreensão dos complexos processos subjetivos e simbólicos dos atores sociais. De acordo com Hartz (1999), reafirmamos nosso compromisso em possibilitar que os grupos sociais compreendam seus próprios problemas e os modifiquem a seu favor.

Pretendemos compartilhar os resultados da nossa imersão em campo, as estratégias metodológicas adotadas pelo grupo de pesquisa, as dificuldades vividas nas tomadas de decisões e os desafios referentes às investigações realizadas em contextos rurais, cenário de fortes assimetrias e grande dispersão geográfica, junto às populações vulneráveis.

Nosso intuito é ampliar os benefícios da investigação, gerar conhecimento que possa ampliar o acesso da população assentada aos cuidados primários de saúde e subsidiar o planejamento de ações, por parte das equipes de saúde e assistência social, condizentes com as necessidades dos moradores e características dos territórios, bem como favorecer a superação de práticas cristalizadas, não culturalmente sensíveis e pouco eficazes que se devem, em grande medida, à falta de capacitação das equipes, à dinâmica institucional, à organização do trabalho e estruturação dos serviços.

Procedimentos metodológicos da pesquisa

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em 2015, RN tem 298 assentamentos de reforma agrária e no PI esse número é de 497¹. Utilizamos os seguintes critérios para inclusão dos assentamentos na pesquisa: (i) assentamentos federais cadastrados no Incra; (ii) assentamentos com mais de cinco anos de criação pelo Incra; (iii) assentamentos com o maior número de famílias cadastradas no Incra. A partir desses critérios, definiram-se nove assentamentos no RN e seis no PI.

Para atingir os objetivos da pesquisa, utilizamos uma variedade de estratégias e ferramentas metodológicas. A entrada em campo teve início por meio do contato com a liderança de cada assentamento. Para tanto, contamos com o auxílio do Incra estadual, que nos forneceu seus números telefônicos. É importante ressaltar a dificuldade de se estabelecer contato com essas lideranças, uma vez que o banco de informações do Incra encontra-se desatualizado. A fim de contornar essa situação, foi necessário lançar mão de outras estratégias, como a pesquisa online, e estabelecer contato a partir de outros moradores do

assentamento, com lideranças de movimentos sociais e sindicatos ou associações rurais. Uma vez autorizada a realização da pesquisa pelo Incra e pela liderança de cada localidade, a equipe (composta por alunos de iniciação científica, de mestrado e voluntários) deslocava-se até os assentamentos para realizar a pesquisa de campo.

Foram mapeadas 1.106 famílias (375 no RN e 731 no PI) que totalizam 4.093 indivíduos (1.705 no RN e 2.388 no PI), sendo 2.031 homens e 2.062 mulheres. Dentre os participantes, 15 são lideranças comunitárias. Além dos moradores, participaram profissionais que compõem as equipes de saúde e assistência social que servem de referência aos assentamentos, totalizando 67 profissionais. Todos os colaboradores consentiram em participar da investigação e assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido.

Sobre as ferramentas utilizadas, o primeiro instrumento foi o Questionário Sócio-Demográfico-Ambiental (QSDA), versão modificada do material elaborado pelo Departamento de Geologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), organizado em torno dos seguintes aspectos: renda, fonte de sustentação, ocupação, escolaridade, número de moradores residentes, idade, sexo, religião, infraestrutura dos assentamentos, condições de saúde, acesso aos serviços públicos de saúde, bem como aos programas de transferência de renda, crédito e assistência rurais, participação e organização política. O QSDA foi utilizado para auxiliar na identificação do número de famílias residentes nos assentamentos, das condições de vida, saúde e trabalho das famílias assentadas.

Para detecção do padrão de uso de álcool, aplicamos o Alcohol Use Disorders Identification Test (AUDIT). O AUDIT é um questionário desenvolvido, validado e recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para detecção do consumo excessivo de álcool e apoio à avaliação breve pelos profissionais. Contém 10 questões a respeito do uso de bebidas alcoólicas no último ano, sintomas de dependência e problemas relacionados ao álcool. Os assentados que obtiveram pontuação de 0 a 7 foram considerados consumidores de baixo risco e aqueles que atingiram pontuação a partir de 8 foram classificados em consumo de risco, nocivo ou de dependência, conforme estabelecido pelo instrumento.

Utilizamos ainda o Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20) como ferramenta rastreadora de TMC. O SRQ-20 é um questionário validado e recomendado pela OMS para estudos comunitários e na atenção primária à saúde, principalmente nos países em desen-

volvimento. O SRQ-20 é composto por 20 perguntas, sendo quatro sobre sintomas físicos e 16 sobre sintomas emocionais, com duas possibilidades de resposta (sim/não), e não inclui questões sobre sintomas psicóticos nem consumo de álcool e outras drogas. Nessa pesquisa, adotou-se o ponto de corte de sete ou mais respostas positivas como indicativo de TMC.

Os participantes que atingiram o ponto de corte no AUDIT e/ou no SRQ-20 foram convidados a responder à entrevista semiestruturada com o intuito de explorar alguns aspectos psicossociais associados ao uso problemático de álcool e incidência de TMC. O roteiro de entrevista foi estruturado em torno dos seguintes eixos: histórico, frequência e modos de uso do álcool, histórico e problemas relacionados ao bem-estar emocional, dinâmica familiar, contexto comunitário, características do trabalho, condições de vida e dispositivos formais e informais de saúde utilizados.

Com as lideranças dos assentamentos, utilizamos um roteiro de entrevista semiestruturada para compreender como se deu o processo de formação de cada assentamento, o processo de luta e resistência. Além disso, buscamos identificar como o assentamento organiza-se politicamente, a coesão e dinâmica comunitária, a produção agrícola, os programas de acesso a crédito e a estrutura física e ambiental do assentamento.

Em relação aos profissionais de saúde e assistência social, utilizamos também um roteiro de entrevista semiestruturada objetivando identificar as tecnologias de cuidado ofertadas em relação às demandas de saúde mental da população assentada. O roteiro de entrevista foi construído a partir dos seguintes eixos temáticos: (i) realização de diagnóstico e conhecimento das demandas de saúde mental (transtorno mental comum e uso nocivo e dependência ao álcool); (ii) conhecimento das condições de vida e saúde da população assentada; (iii) estratégias e intervenções desenvolvidas pela equipe a partir das demandas verificadas; (iv) produção de redes de cuidado formais e informais; (v) articulação em rede e continuidade do cuidado; (vi) desafios do trabalho em assentamentos rurais.

Outras estratégias foram utilizadas para complementação dos dados e para auxiliar na aproximação com os moradores e assentamentos:

- Composição de diário de campo relatando o processo de pesquisa nos assentamentos e descrevendo fatos e acontecimentos, assim como as impressões do pesquisador;

- Observação participante como recurso para compreender o contexto dos assentados, bem como entender os sentidos e as interpretações sociais que atribuem à sua própria vida e às suas atividades a partir do contato direto com esses participantes;
- Utilização de recursos fotográficos a fim de registrar informações e captar o cotidiano do assentamento e os modos de vida dos seus moradores.

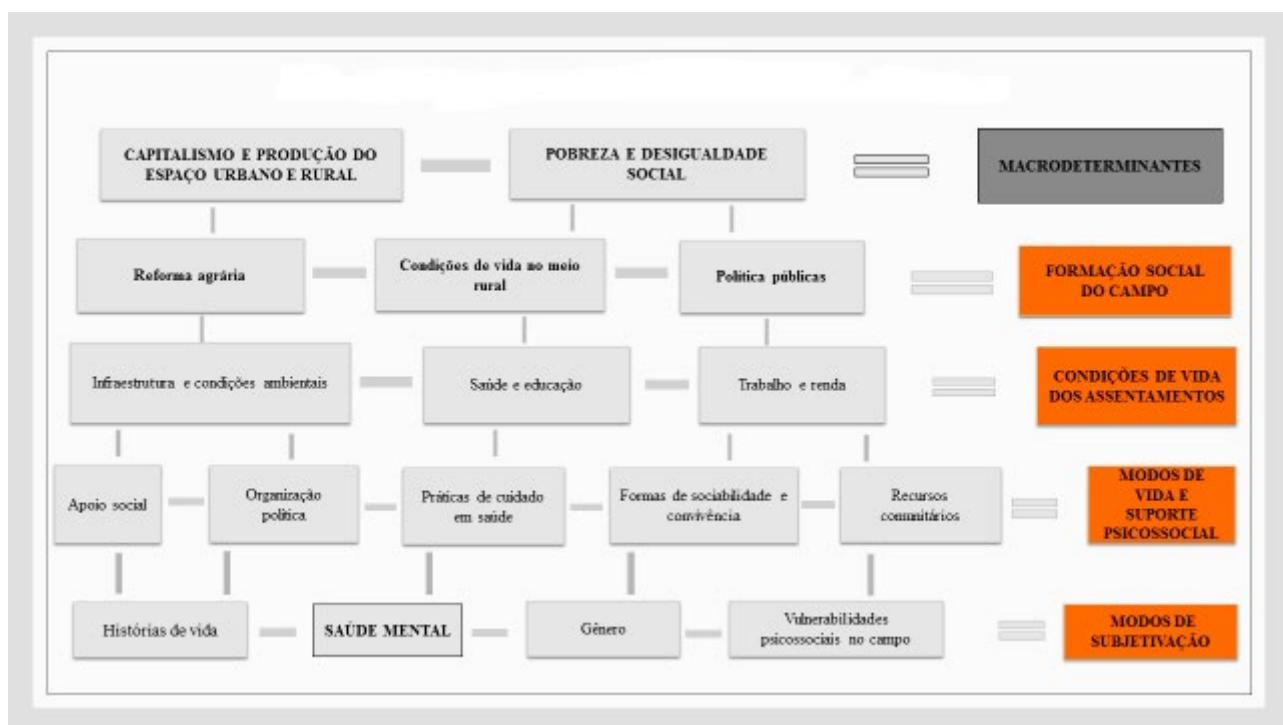
Para análise descritiva dos dados quantitativos referentes aos resultados do AUDIT e SRQ-20, utilizamos o *software* Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 20, no qual foram utilizados frequências absoluta, relativa e mediana (valor mínimo e máximo), bem como o teste do qui-quadrado. Em relação às análises dos dados qualitativos, realizamos: (i) transcrição integral das entrevistas; (ii) categorização dos conteúdos de acordo com os eixos de análise; (iii) discussão coletiva acerca das categorias

sínteses de análise; e (iv) elaboração final dos mapas referentes ao AUDIT e SRQ-20 (Spink, Brigagão, Nascimento, & Cordeiro, 2014).

Para a análise mais ampla dos resultados quantitativos e qualitativos, construímos duas matrizes analíticas a partir dos modelos de determinantes sociais de Dahlgren e Whitehead e o modelo de Didericksen et al. (Buss & Pellegrini, 2007).

A primeira refere-se à determinação social da saúde e da vida no campo (Figura 1), que permite articular diferentes níveis e dimensões macro e micropolíticas da determinação social do processo saúde-doença-cuidado no âmbito da saúde mental da população que vive em contextos rurais, notadamente nas áreas de assentamentos da reforma agrária. Assim, a partir dessa matriz, os resultados foram analisados à luz dos determinantes sociopolíticos, formação social do campo, condições de vida nos assentamentos, modos de vida e suporte psicossocial e os modos de subjetivação.

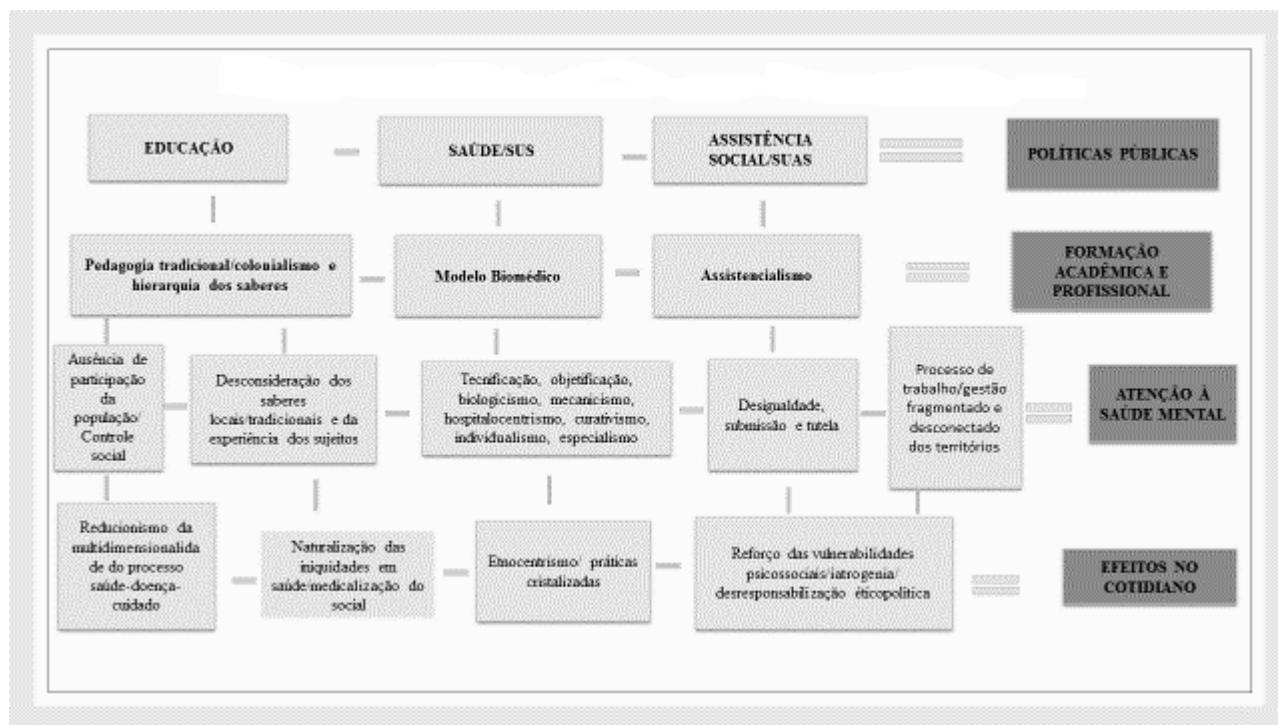
Figura 1. Matriz de análise: Determinação social da saúde e da vida no campo



A outra diz respeito ao ordenamento da rede e oferta de cuidado em saúde mental no meio rural (Figura 2), que articula os diferentes níveis de determinação do cuidado em saúde mental em contextos rurais, quais sejam: os direcionamentos das políticas públicas, os

modelos de formação acadêmica que marcam os modos de cuidado ofertados pelos profissionais, a organização da atenção em saúde mental pelas equipes de saúde e assistência social e os efeitos no cotidiano de trabalho e vida dos profissionais e moradores.

Figura 2. Matriz de análise: Ordenamento da rede e oferta de cuidado em saúde mental no meio rural



Assim, as matrizes, quando analisadas de forma articulada e sobrepostas, dão visibilidade à amplitude de fatores associados aos problemas detectados em termos de TMC e uso de álcool entre os moradores, assim como possibilitam identificar as necessidades de saúde, os cuidados ofertados e desafios para as práticas em contextos rurais.

Desafios éticos e metodológicos da pesquisa em cenários rurais

As pesquisas realizadas em contextos rurais apresentam enormes desafios que interpelam o modo tradicional de produzir conhecimento no campo “psi”, exigindo deslocamentos teóricos e metodológicos nas posturas universalistas que buscam a padronização, objetificação e generalização e estão ancoradas no princípio da neutralidade do pesquisador (Bicalho, Magalhães, Cassal, & Geraldini, 2012; Dimenstein, Macedo, Leite & Gomes, 2015).

Assim, defendemos a indissociabilidade dos aspectos éticos e metodológicos em todo o processo de pesquisa, desde a construção do objeto, a inserção em campo, o processo de análise e a escrita das produções. Nesse caminho, corroboramos o proposto por Bosi e Guerriero (2016) ao propor utilizar “a expressão ético-

metodológico em lugar de éticos e metodológicos, para assumir e sublinhar a indissociabilidade entre os termos” (p. 121), já que as decisões metodológicas envolveriam sempre decisões éticas e vice-versa.

Para tanto, tomamos como referência o caráter processual da vida que implica em pensar nos efeitos éticos e políticos do fazer pesquisa no combate às condições homogeneizantes e massificadoras da subjetividade contemporânea que perpetuam desigualdades e impedem o encontro com as singularidades dos modos de vida diversos produzidos no cotidiano das comunidades. Dessa forma, alguns desses desafios emergem como saberes a serem superados no processo de pesquisa (Dimenstein, Macedo, Leite e Gomes, 2015).

O primeiro refere-se à necessidade de superar o imaginário de que rural e urbano são realidades distintas, em que o primeiro representa o atrasado, residual, e o segundo, o avançado e modernizado. Ou, ainda, de que a dicotomia rural-urbano seria superada por meio da modernização do campo, substituindo os modos de vida rurais pela lógica do urbano. Em direção contrária, apostamos na pertinência do rural como recorte fundamental de análise das particularidades e singularidades que atravessam o cotidiano das suas populações. Nesse caminho, Wanderley (2000) defende a “emergência de uma nova ruralidade” (p. 90) marcada

pelo desenvolvimento de atividades não agrícolas, diversidade de atores sociais que estabelecem diferentes relações com a terra, emergência de novos atores políticos no campo.

Nesse cenário, campo e cidade estão cada vez mais interligados e atravessados por dilemas que os atinge mutuamente, promovendo, até mesmo, alterações em ambos, embora guardando especificidades (Carneiro, 2012). Nesse sentido, é importante a análise das diferenças, conexões, continuidades ou descontinuidades entre o urbano e o rural a partir de um olhar sobre o evolver histórico e social dos territórios em pauta, além de uma cuidadosa reflexão sobre as particularidades e singularidades assumidas pelo local no tempo atual.

Sobre tais particularidades, é fundamental considerar as especificidades que marcam as áreas advindas de luta por terra e mobilizadas por movimentos sociais com fins de reforma agrária, como os assentamentos rurais. Desse modo, além de atentar aos efeitos políticos e subjetivos decorrentes da luta dos trabalhadores rurais, é necessário compreender os processos históricos, sociais, culturais e políticos em torno da questão agrária no Brasil, possibilitando a produção de conhecimento atento aos determinantes macro e micropolíticos que atravessam o contexto rural.

Ademais, considerar a diversidade de grupos sociais que compõem os povos rurais no Brasil, como, por exemplo, pequenos e médios proprietários, posseiros de terras, agricultores familiares mais especializados, poliprodutores, mas também extrativistas (povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos), castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açaizeiros, pequenos arrendatários não capitalistas, parceiros, foreiros, quilombolas, parcelas dos povos indígenas, serranos, caboclos, colonos e os povos das fronteiras no sul do país (Godoi, Meneses, & Marin, 2009), exige o reconhecimento dos diferentes níveis de necessidade e situações de vulnerabilidade, bem como condições de vida e níveis de organização social, política e comunitária, modos e meios de trabalho, tipos de sociabilidades e identidades sociais, formas de adoecimento e subjetividades que conformam os territórios físicos e existenciais dessas populações. Desse modo, rural não pode ser reduzido a mero espaço físico, homogêneo, de produção e sobrevivência, e sim de produção de vida, interação e expressão cultural (Otero, 2013). Cabe à psicologia problematizar sobre os meios de acessar essas realidades a partir de modos de pesquisa implicados com a capacidade de acolher a alteridade, refletir sobre as relações saber-poder e efetuar o exercício da crítica (Bosi & Guerriero, 2016).

Outro desafio é dar visibilidade à precariedade das condições de vida que ainda marcam esses territórios, a despeito dos avanços nas políticas sociais e da intervenção dos diversos movimentos sociais rurais como o MST, movimento sindical rural, organizações não governamentais (ONGs), associações, cooperativas, entre outros. Ainda assim, os moradores estão sujeitos à instabilidade climática da região devido aos períodos de seca e estiagem, à escassez de recursos naturais, a não implementação e/ou mau uso das políticas de crédito agrícola, ao transporte precário, necessitam desenvolver estratégias de complementação da renda familiar e carecem de organização coletiva e participação política que possam produzir empoderamento e interferência nos padrões de desenvolvimento local, de saúde e na vida comunitária. A degradação ambiental, exposição aos agrotóxicos, alimentação inadequada, falta de espaços de lazer, baixo nível de apoio social e a carga do trabalho doméstico e agrícola entre as mulheres são fatores associados ao aumento das doenças crônico-degenerativas, bem como a presença de morbidades psiquiátricas e uso de álcool entre homens e mulheres em níveis preocupantes. Do ponto de vista das políticas públicas, ainda há priorização dos espaços urbanos em detrimento ao rural. A população dispõe de pouco ou nenhum recurso no tocante aos cuidados em saúde, às redes de suporte social e à possibilidade de resolutividade de suas demandas. Aliado a isso, têm-se o isolamento e as dificuldades de transporte que impedem o acesso aos serviços. Para Bosi e Guerriero (2016), reconhecer esses aspectos “impõe aos profissionais dedicados à pesquisa uma séria reflexão e um esforço coletivo voltados ao aprofundamento da compreensão da complexidade inerente aos cenários em que atuam” (p. 139).

No que se refere aos desafios mais marcadamente metodológicos, destacamos a limitação de algumas estratégias e ferramentas para se adequar à realidade dos participantes da pesquisa. Durante a pesquisa, enfrentamos dificuldades em relação à aplicabilidade dos instrumentos, assim como a algumas perguntas do roteiro de entrevista. Por tratar-se de uma realidade social marcada por baixos níveis de escolaridade e alto nível de analfabetismo, mas também por uma diversidade sociocultural, tivemos que adaptar as perguntas a uma linguagem mais coloquial e regional para que os assentados entendessem e pudessem responder satisfatoriamente. Especificamente sobre os instrumentos recomendados pela OMS, inclusive para estudos em comunidades e na atenção básica à saúde, apesar de considerarmos de fácil entendimento e aplicabilidade, percebemos, durante o trabalho de campo, que esses escapam do universo cultural da população assentada.

Nesse sentido, a comunicação com os assentados foi fundamental para a aproximação do universo linguístico e das condições de vida. Enfrentamos dificuldades, sobretudo nos primeiros assentamentos, quando as entrevistas e as conversas saíram truncadas, desencontradas, devido à dificuldade de os assentados nos entender, assim como a nossa, de nos fazer entender. Em contrapartida, os encontros-desencontros propiciados pelas entrevistas tinham efeito interessante por propiciar a reflexão sobre o modo de condução da atividade de campo, como também sobre as condições de vida e problemas que os assentados enfrentavam e o quanto isso impacta na formação e prática profissional da psicologia, ainda distante da realidade investigada.

A intenção é não cair naquilo que Ayres (2000, p. 84) denominou “objetivação dessubjetivadora”, cujo papel diante do outro se resume no simples ato de coletar informações. Nesse caso, trabalhar de forma vinculada à demanda e à realidade dos participantes acaba por criar um contexto de diálogo que potencializa a participação a partir da redução dos fatores que entravam a comunicação no grupo e promovem a reflexão sobre determinados temas, relacionando-os ao contexto de vida dos participantes e incentivando a ressignificação desses (Campos, 2000).

A configuração espaço-territorial dos assentamentos pesquisados também emergiu como importante desafio na pesquisa. Em geral estão muito distantes da capital e do município-sede, com acesso precário. Outra particularidade foi a dificuldade de deslocamento entre as casas devido à distância entre elas. Nesse sentido, concordamos com Calegare, Higuchi e Forsberg (2013), que os locais apresentam demarcadores ambientais, físicos e sociais próprios que precisam ser pensados, pois são externalidades que não costumam ser integradas no corpo metodológico, mas que se impõem trazendo questões para operacionalização do campo e produção do conhecimento.

Não podemos esquecer os desafios em termos logísticos. Tendo em conta que nosso campo de pesquisa é no interior do estado e caracterizado pela dispersão e distância da capital, os custos financeiros em se empreender esse tipo de estudo resultaram num elevado orçamento para sua operacionalização, fator nem sempre considerado ou relativizado pelas agências de fomento, deixando o orçamento insuficiente para custear as despesas que o trabalho de campo impõe. Como consequência desse desafio, ou seja, em função do limite orçamentário, mas também das longas distâncias, da configuração espaço-territorial

de alguns assentamentos e da própria dificuldade de encontrarmos os profissionais dos serviços nos mesmos dias e horários de trabalho, nos equipamentos da saúde e da assistência social visitados, não foi possível voltarmos aos locais investigados com as análises realizadas para propormos a restituição dos resultados para os participantes (moradores e profissionais).

Nesse sentido, recuperamos Lourau (1993) quando afirma que a restituição é um posicionamento que permite que pesquisador e participantes do estudo possam ter, juntos, momentos de discussão coletiva de análise dos conhecimentos produzidos com a investigação realizada. Esse importante dispositivo de análise permite que os participantes tanto possam apropriar-se dos dados e resultados quanto contribuir para as problematizações que forneçam subsídios que possam ser incorporados às análises ou que resultem em propostas de ação que possam exercer alguma interferência em suas vidas.

Propomos essa reflexão para que, em investigações futuras, essa etapa da pesquisa possa ser mais bem planejada, levando em consideração a logística e o orçamento disponível, de modo que a restituição possa ser efetivada, se não ao término da investigação, pelo menos antes do final da etapa de campo da pesquisa. O objetivo, considerando a maneira como nos posicionamos ético-politicamente em nossas práticas de pesquisa, não poderia ser outro: ir além da devolução dos dados no formato de relatório ou do encaminhamento de publicações às instituições responsáveis pela gestão das políticas públicas de saúde, assistencial social e reforma agrária dos estados do RN e PI. Entretanto, não podemos desconsiderar que as publicações podem dar visibilidade à dura realidade e condições de vida dos assentamentos de reforma agrária no nordeste brasileiro, apesar de reconhecermos os limites dessa ação.

Considerações finais

De modo geral, a vivência com os assentados foi crucial para perceber embates políticos, conflitos familiares e comunitários, situações muitas vezes não externadas durante as entrevistas, mas que passaram a fazer parte do diário de campo e constituíram material importante na análise dos resultados. Nesses momentos informais, foi possível perceber a precariedade das condições de vida e dos dispositivos formais de saúde, educação e assistência social, assim como a existência de dispositivos informais de cuidado que tentam atender às necessidades dos assentados.

Desse modo, constatamos que, embora os assentamentos rurais pesquisados sejam perpassados pela mesma lógica institucional em sua constituição e organização, cada assentamento tem uma dinâmica própria, revelando uma heterogeneidade de histórias, de modos de vida e características culturais singulares. Nesse sentido, reconhecemos que intervir em assentamentos exige compreensão da realidade social de forma ampla. Assim, testificamos que, diante desses contextos de precariedade, é necessário operar um saber que potencialize processos de autonomia, tomada de consciência de direitos e liberdade (Martín-Baró, 1996).

Além dos saberes técnicos de vários campos disciplinares, há necessidade de utilizar saberes ditos não científicos, saberes populares, tradicionais e religiosos, para compreender os processos sociais e atuar na potencialização dos modos de vida das populações rurais. Por fim, considerar a história de cada assentamento e dos seus moradores foi fundamental, pois só assim foi possível entender o processo de exclusão e marginalização dessas populações rurais. Mediante isso, faz-se necessário atuar de forma crítica e ética para evitar a manutenção da condição de exclusão/submissão que os assentados vivenciam cotidianamente. Atuar nesses contextos é buscar agir como força de resistência para o empoderamento social e político e contribuir para a construção de espaços que favoreçam o exercício da cidadania, a partir do estabelecimento de posturas dialógicas, cooperativas e problematizadoras.

Assim, as pesquisas em contextos rurais podem contribuir para que as instituições acadêmicas e profissionais de psicologia criem estratégias para que as populações do campo possam contar com profissionais dotados de maior capacidade técnica e ético-política para acolher e interferir sobre os problemas desses territórios de forma participativa, intervenciva e emancipatória. Isso demanda habilidades para reconhecer os processos psicossociais mobilizados pelas condições de vida, para intervir nos modos de existência e campos de sentidos de forma singularizada, para coordenar ações intersetoriais no território, saber valorizar a heterogeneidade espacial, social e simbólica que permeia os diferentes cenários, diversidade essa que fomenta processos de subjetivação e sociabilidades que escapam ao regime da universalidade, da uniformidade e da massificação, tal como somos levados a operar.

Nota

¹ Informação disponível em www.incra.gov.br.

Referências

- Ayres, J. R. C. M. (2000). Cuidado: tecnologia ou sabedoria prática? *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 4(6), 117-120.
- Bicalho, P. G. G., Cassal, L. C. B., Magalhães, K. C., & Geraldini, J. R. (2012). Cinquenta anos de produção do conhecimento: práticas políticas da pesquisa em Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(n. spe.), 264-275.
- Bosi, M. L. M. & Guerriero, I. Z. (2016). Desafios éticosmetodológicos nas pesquisas em saúde mental com populações vulneráveis. In M. Dimenstein, J. Leite, J. P. Macedo, & C. Dantas (Org.), *Condições de vida e saúde mental em contextos rurais* (pp. 121-140). São Paulo: Editora Intermeios; Brasília, DF: CNPQ.
- Brandão, J. R. & Bonfim, Z. A. C. (1999). *Os jardins da Psicologia comunitária: escritos sobre a trajetória de um modelo teórico vivencial*. Fortaleza: Pró-Reitoria de Extensão da UFC/ABRAPSO.
- Buss, P. M. & Pellegrini, F. A. (2007). A saúde e seus determinantes sociais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 17(1), 77-93.
- Calegare, M. G. A., Higuchi, M. I. G., & Forsberg, S. S. (2013). Desafios metodológicos ao estudo de comunidades ribeirinhas amazônicas. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 571-580.
- Camargo, K. R. & Bosi, M. L. M. (2011). Metodologia qualitativa e pesquisa em saúde coletiva. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 21(4), 1187-1190.
- Campos, G. V. S. (2000). Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(2), 219-230.
- Carneiro, M. J. (2012). Do rural como categoria de pensamento e como categoria analítica. In *Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira* (pp. 23-50). Rio de Janeiro: Mauad, FAPERJ.
- Conselho Federal de Psicologia. (2006). *Seminário Nacional: A questão da terra – desafios para a Psicologia* (Relatório). Brasília, DF: Autor.
- Conselho Federal de Psicologia. (2013). *Referências Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas(os) em Questões Relativas a Terra*. Brasília, DF: Autor.
- Costa, M. G. S. G. (2014). *Gênero, trabalho e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas na Região do Mato Grande Potiguar*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Dimenstein, M., Macedo, J. P., Leite, J. F., & Gomes, M. A. F. (2015). Psicologia, políticas públicas e práticas sociais: experiências em pesquisas participativas. *Pesquisas e Práticas Sociais*, 10(1), 22-34.
- Freitas, M. F. Q. (1998). Psicologia na comunidade, Psicologia da comunidade e Psicologia (social) comunitária: práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 54-80). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Godoi, E. P., Meneses, M. A., & Marin, R. A. (Orgs.). (2009). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Estratégias de reprodução social*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

- Hartz Z. M. A. (1999). Avaliação dos programas de saúde: perspectivas teórico-metodológicas e políticas institucionais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 4(2), 341-353.
- Ieno, G. (2007). A reforma agrária como alternativa à violência. In M. Grandesso & M. R. Barreto (Orgs.), *Terapia comunitária: tecendo redes para a transformação social – saúde, educação e políticas públicas* (pp. 47-54). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ieno, G. (1985). Uma experiência de trabalho no meio rural. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 5(2), 27-31.
- Leite, J. F. & Dimenstein, M. (2013). *Psicologia e contextos rurais*. Natal: EDUFRN.
- Lourau, R. (1993). *Análise institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ.
- Macedo, J. P. & Dimenstein, M. (2011). Expansão e interiorização da Psicologia: reorganização de saberes e poderes na atualidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(2), 296-313.
- Martín-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27.
- Otero, M. (2013). Prefácio. In C. Miranda & H. Silva (Orgs.), *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras (IICA)*. Brasília, DF: Série Desenvolvimento Rural Sustentável (vol. 21). Recuperado de <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-21.pdf>
- Prado, M. A. M., Campici, C. P. F., & Pimenta, S. D. (2004). Identidade coletiva e política na trajetória de organização das trabalhadoras rurais de Minas Gerais: para uma Psicologia política das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, 10(16), 298-317.
- Scopinho, R. A. (2007). Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. *Psicologia & Sociedade*, 19(n. spe.), 84-94.
- Scopinho, R. A. (2009). Em busca de “elos perdidos”: projeto de assentamento e modos de identificação entre trabalhadores rurais assentados. *Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho*, 12(2), 257-270.
- Silva, V. H. F. (2013). *Estratégias de cuidados por familiares de portadores de transtornos mentais severos residentes na zona rural do alto sertão paraibano*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Spink, M. J. P., Brigagão, J. I. M., Nascimento, V. L. V., & Cordeiro, M. P. (Orgs.). (2014). *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas* (1ª ed.). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

- Vasquez, G. C. F. (2009). A Psicologia na área rural: os assentamentos da reforma agrária e as mulheres assentadas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(4), 856-867.
- Wanderley, M. N. (2000). A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 15, 87-145.

Submissão em: 17/06/2016

Revisão em: 22/04/2017

Aceite em: 13/09/2017

Agência de fomento: CNPq - Chamada Pública Universal 14/2012. Processo 470514/2012-4.

Candida Maria Bezerra Dantas é doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte [UFRN] e professora adjunta da UFRN.

Endereço para correspondência: Rua Professora Gipse Montenegro, 245, A 1104. CEP 59080-060. Capim Macio. Natal/RN, Brasil.

E-mail: candida.dantas@gmail.com

Magda Dimenstein é doutora em Saúde Mental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e bolsista de produtividade do CNPq.

E-mail: mgdimenstein@gmail.com

Jáder Ferreira Leite é doutor em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte [UFRN] e professor adjunto da UFRN.

E-mail: jaderfleite@gmail.com

João Paulo Macedo é doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, professor adjunto da Universidade Federal do Piauí e bolsista de produtividade do CNPq.

E-mail: jampamacedo@gmail.com

Jaqueline Torquato de Lima é psicóloga pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

E-mail: jaquelinotorquato@hotmail.com